RECORRENTE: ELEIÇÃO 2020 CELSO RANGEL DE RANGEL VEREADOR

Eminente Relator,

para conferir maior celeridade na tramitação das prestações de contas das eleições de 2020, os pareceres desta Procuradoria serão encaminhados em **formato** simplificado, como segue.

Trata-se de prestação de contas do candidato a vereador CELSO RANGEL DE RANGEL, referente às Eleições de 2020 no município de VIAMÃO/RS.

A sentença desaprovou as contas nos termos do art. 74, inciso III, da Resolução TSE nº 23.607/2019, em razão de terem sido realizadas despesas “*com combustíveis no total de R\$ 1.000,00 (...) que conforme manifestação da candidata, trata-se de despesa de combustível com o veículo do próprio candidato, está em desconformidade ao estipulado na letra “a”, § 6º do art. 35 da Resolução TSE 23.607/2019.*”

Irresignado, recorreu o prestador.

No que se refere aos pressupostos de admissibilidade recursal, restam presentes todos os requisitos, quais sejam: tempestividade, cabimento, interesse e legitimidade para recorrer, inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer, e regularidade formal.

Em suas razões recursais, o recorrente alega que não há prova de que o veículo foi utilizado pelo candidato, sendo que o “*reconhecimento de que o combustível abasteceu veículo do candidato não importa em assertiva de que o automotor tenha sido usado diretamente por ele. Muito pelo contrário, o veículo do candidato foi usado na campanha, mas não por ele próprio.*” Requer o provimento do recurso para ver as contas aprovadas ou aprovadas com ressalvas.

Não assiste razão ao recorrente.

Foi constatada a realização de despesas com combustíveis, no valor total de R\$ 1.000,00, sem o correspondente registro de locação/cessão de veículo automotor. Intimado acerca da irregularidade, o recorrente afirmou (ID 44991009) que “*cuida-se de despesa de combustível com o veículo do próprio candidato.*”

Diante dessa informação e da ausência de registro de locação de veículos, a existência de despesas de combustível realizadas pelo candidato autoriza a conclusão de que os gastos foram realizados em seu próprio veículo.

O uso de automóvel na campanha, e o correspondente gasto com combustível, é tratado pela Resolução TSE nº 23.607/2019 nos seguintes termos:

Art. 35. São gastos eleitorais, sujeitos ao registro e aos limites fixados nesta Resolução:

(...)

§ 6º Não são consideradas gastos eleitorais, não se sujeitam à prestação de contas e **não podem ser pagas com recursos da campanha as seguintes despesas de natureza pessoal da candidata ou do candidato:**

a) combustível e manutenção de veículo automotor usado pela candidata ou pelo candidato na campanha;

(...)

§ 11. Os gastos com combustível são considerados gastos eleitorais apenas na hipótese de apresentação de documento fiscal da despesa do qual conste o CNPJ da campanha, para abastecimento de:

II - veículos utilizados a serviço da campanha, **decorrentes da locação ou cessão temporária**, desde que:

a) os veículos sejam declarados originariamente na prestação de contas;

b) seja apresentado relatório do qual conste o volume e o valor dos combustíveis adquiridos semanalmente para este fim;

Dessa forma, os recursos da campanha somente poderiam ter sido utilizados para o pagamento de despesas com combustíveis se o veículo a elas relacionado fosse objeto de cessão ou locação e tivesse sido devidamente declarado na prestação de contas. Quanto ao automóvel de propriedade do candidato utilizado na campanha, as despesas com combustíveis são consideradas gastos pessoais, estando vedado o seu custeio com recursos da campanha na forma do art. 35, §6º, acima citado.

Assim, não há como afastar a irregularidade.

Por outro lado, embora o valor dos gastos, R\$ 1.000,00, seja ligeiramente inferior a R\$ 1.064,10, limite utilizado na jurisprudência desse e. TRE-RS para aplicação do princípio da proporcionalidade, as contas não devem ser aprovadas com ressalvas, por se tratar de uso de recursos públicos (verba do FEFC) em quantia que não é irrisória.

Diante do exposto, o Ministério Público Eleitoral opina pelo conhecimento e pelo **desprovimento** do recurso.

Porto Alegre, 07 de julho de 2022.

Lafayette Josué Petter,
Procurador Regional Eleitoral Auxiliar.